



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 06/2013

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 25.11.2013**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: António Manuel Leitão Borges (PS); -----

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h10 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

Verificaram-se as seguintes faltas: -----

Maria Isaurinda Dias Pinto Campos - **Presidente da União de Freguesias de Freigil e Miomães.**

O senhor Presidente da Mesa, usou da palavra para saudar o plenário, formular votos para que o mandato decorra com toda a normalidade, com respeito pelas regras democráticas e desejar felicidades a todos os membros. Deu nota ainda da entrada em vigor da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, que veio introduzir alterações à atual lei das autarquias locais (Lei nº169/99, de 18 de setembro), estabelecendo novas regras, designadamente ao nível das competências e funcionamento dos órgãos autárquicos, o que pressupõe uma imediata atualização do atual Regimento da Assembleia Municipal e que nessa medida, conjuntamente com os Secretários da Mesa e com os serviços municipais, iria promover a elaboração de uma proposta de alteração do Regimento, que posteriormente remeterá a todos os membros para recolha de contributos, visando a sua ulterior aprovação.-----

**TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS QUE JUSTIFICADAMENTE FALTARAM AO ATO DE
INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS PARA O PRESENTE MANDATO, OCORRIDO NO
PASSADO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2013:**

O Presidente da Mesa, verificada a conformidade formal do processo eleitoral e a legitimidade e identidade dos eleitos em causa, declarou-os investidos nas suas funções:-----

Luis Manuel de Almeida Pinto (PS);-----



Curálio Fernandes Santana (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de Barrô.-----

A bancada do Partido Socialista apresentou à Mesa, nos termos do disposto no artigo 47º do Regimento, a constituição do Grupo Municipal do Partido Socialista, bem como a indicação da sua Direção, a qual ficará a cargo dos membros Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães, Jorge Cardoso Machado e Isabel Lurdes Pereira do Cabo.-----

A bancada da coligação PPD/PSD.CDS-PP ficou de apresentar até à próxima sessão a constituição e direção do seu Grupo Municipal.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”; -----

B.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do plenário.

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento.-----

B.2. OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que seja solicitada a autorização à Assembleia Municipal para a realização de obras ou reparação por administração direta até ao valor de 748.196,85€.

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente às capacidades do Município no que concerne à execução de obras por administração direta até ao montante proposto, sem ter de recorrer a qualquer entidade externa.-----

Presidente da Câmara – Respondeu que o Município possui a necessária capacidade administrativa e técnica para a execução de obras até ao montante em causa.-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por maioria (1 abstenção do membro Adérito Augusto Lopes – PPD/PSD.CDS-PP), aprovar.**-----

B.3. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que seja solicitada autorização à Assembleia Municipal para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, mediante contrato interadministrativo, designadamente das matérias referidas no nº2 (in fine), do



artigo 117º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, sempre que se considere haver benefício nessa transferência.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Disse que a sua bancada concordava inteiramente com a proposta, simplesmente e a exemplo do que se tem passado nos últimos anos e nos mandatos anteriores, entendem que não tem havido equidade nas delegações de competências às Juntas de Freguesia. Por esse motivo, embora seja um novo executivo e um novo mandato e acreditarem que se irá agir com equidade, mas existindo ainda dúvidas, iriam abster-se, votando a favor no próximo ano, caso essa equidade se concretize.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar.**-----

B.4. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP);-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo Executivo Municipal, a proposta de não aplicação da TMDP, para o ano de 2014, tendo em vista a promoção do desenvolvimento de redes de comunicações eletrónicas no concelho.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

B.5. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que a percentagem de IRS a receber em 2014 pretendida pelo Município seja fixada nos 0% (5% como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho). -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

B.6. DERRAMA - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2014 a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----



B.7. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta do subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014: Prédios rústicos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea a) do CIMI; Prédios urbanos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea b) do CIMI; Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,5%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º. nº1, alínea c) do CIMI.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis e qual o montante que o Município irá receber. Referiu que em termos concretos e dando como exemplo uma habitação avaliada em 100.000,00€ e que pagou no ano passado 400,00€, com este aumento de imposto irá pagar 500,00€. Relembrou o plenário que no ano anterior este imposto foi aprovado com uma taxa intermédia que ia em benefício dos contribuintes e que este ano, que é um ano de grande carga fiscal sobre os contribuintes, a Câmara apresenta uma proposta para a taxa máxima. Disse que os cortes efetuados no FEF não serviam de desculpa, pois já se sabia com antecedência que estes cortes iriam ser efetuados. Considera que a proposta apresentada no ano passado, dado ter sido ano de eleições apenas pode ter a leitura de uma atitude eleitoralista uma vez que este ano a Câmara propõe a subida do imposto apenas com o intuito de realizar um encaixe financeiro. Relativamente ao aumento proposto para o IMI e ao valor que este implica, deu como exemplo e como alternativa cortes noutras rubricas do Município, nomeadamente na redução de cargos políticos, que ao contrário de outras empresas públicas que mantiveram ou diminuíram o número de cargos, o Município de Resende conseguiu aumentar, sugerindo que a Câmara dispensasse os cargos políticos de Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara e de Secretária de Apoio à Vereação, referindo que esta última poucas vezes vem a Resende. Deu ainda como exemplos e alternativas para a redução de custos, os valores tidos com artistas na Festa da Labareda e a redução ou extinção dos valores gastos com o andebol do Futebol Clube do Porto, questionando as vantagens que estes trazem ao concelho.-----

Luís Guimarães (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Gostaria de começar por desejar a todos os votos de um bom mandato e de um bom trabalho em defesa dos interesses dos resendenses. Relativamente a este assunto não há ninguém, e se não me engano, até foi o vosso Primeiro Ministro que disse isto “...não há ninguém que goste de aumentar impostos.”, e ele tem sido o recordista do aumento dos impostos em Portugal. Também temos de compreender que com uma quebra de receita das transferências do Orçamento de Estado, e não é tão pouco quanto isso, são 3.500.000,00€, desde 2011 até 2014, a Câmara naturalmente tem que encontrar alternativas. E é aqui mais uma vez que também há diferenças entre o que o Partido Socialista, nestas situações propõe, e aquilo que o PSD.CDS-PP vem aqui propor, quer a nível local quer a nível nacional. Relembro, contudo, que estamos a falar de cortes. No mandato anterior, em



dois anos se não estou em erro, foi feito um plano de contingência, o nosso PAC como até aqui lhe chegamos a chamar, de redução de despesa de cerca de 1.000.000,00€ e, portanto, essa redução de custos também já foi feita. Se vamos começar a falar de ataques pessoais nunca mais saímos daqui. Contudo, como eu estava a dizer, uma das grandes diferenças entre nós, também é que se temos que aumentar os impostos, e não é do nosso agrado porque necessitamos de colmatar esta quebra de receitas, e se temos a oportunidade de escolher entre agravar tributação entre os rendimentos de trabalho ou agravar tributação sobre o património, a escolha do Partido Socialista, mais uma vez recai, sobre o património. E, portanto, isto tem a ver com uma opção política que está na base do Partido Socialista e que é defender os rendimentos do trabalho e os rendimentos de quem trabalha. Outra grande distinção e relativamente aquilo que referiu, ao facto do IMI ter sido reduzido nos anos anteriores por uma questão eleitoralista, pois bem, chame-lhe o que quiser, mas os eleitores, e eu sei, preferem medidas a promessas. Nós baixamos os impostos, estamos a aumentar agora, mas baixamos, enquanto vocês prometem que os baixam mas afinal os sobem.-----

Presidente da Câmara – Começou por dizer que “antes de olharmos para a casa dos outros, temos que olhar para a nossa casa” e que o proferido anteriormente em relação à baixa de impostos só se ter verificado em ano de eleições também se deveria ter em conta relativamente às promessas eleitorais feitas pelo atual senhor Primeiro Ministro e o que ele efetivamente fez. Esclareceu que o montante que a autarquia vai encaixar com o aumento do IMI será de cerca de 74.000,00€, sendo que a diminuição das transferências do Estado de 2013 para 2014 são cerca de 170.000,00€ e que quanto ao caso do IRS, em que a autarquia abdica de 5% a favor dos munícipes, referiu que se trata de uma percentagem que significa um benefício de cerca de 115.000,00€ a favor da população contributiva do concelho de Resende. Quanto ao exemplo da habitação avaliada em 100.000,00€, dado pela bancada do PSD.CDS-PP, considera que tem como base um valor elevado que para o concelho de Resende não servirá de exemplo. Por último referiu que esta proposta de aumento de IMI vem até ao encontro do sugerido pelo senhor Ministro Poiares Maduro e do próprio Governo, que sobre o IMI, sugeriu aos municípios que para compensarem os cortes nas transferências do Estado, atuassem sobre as taxas do IMI.-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Esclareceu que a referência aos cargos políticos referidos anteriormente na sua intervenção não visam qualquer ataque pessoal mas sim apenas os próprios cargos políticos que em seu entender poderão ser dispensados. Relativamente ao esclarecimento dado pelo senhor Presidente da Câmara, mais concretamente quando afirma que “antes de olharmos para a casa dos outros, temos que olhar para a nossa casa”, deu nota de que o Município pode optar e ter escolhas próprias, não sendo obrigado a seguir o sugerido, quer pelo senhor Ministro Poiares Maduro quer pelo Primeiro Ministro. Esclareceu ainda que na sua intervenção apenas pretendeu demonstrar que o Município pode ter mais encaixe financeiro sem ter que subir os impostos. Concluiu dizendo que a nível autárquico sempre apresentaram propostas, lembrando a esse propósito a votação a favor do proposto no ano anterior.-----



Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar.-----

B.8. CIM – TÂMEGA E SOUSA – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente uma comunicação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, a solicitar a eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Resende para a Assembleia Intermunicipal.-----

Foi apresentada uma lista única subscrita pelas bancadas do PS e do PPD/PSD.CDS-PP, constituída pelos seguintes nomes para representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM – Tâmega e Sousa no Mandato 2013-2017:-----

Representantes efetivos:-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS);-----

Jorge Cardoso Machado (PS);-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PPD/PSD.CDS-PP);-----

Jorge Manuel da Silva Cardoso (PPD/PSD.CDS-PP);-----

Representantes suplentes:-----

Isabel de Lurdes Pereira do Cabo (PS);-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD.CDS-PP);-----

Colocada a lista a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma.-----

B.9. SERVIÇO DE FINANÇAS DE RESENDE;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Apresentou a seguinte proposta:-----

“Tem sido veiculada repetidamente pela comunicação social, sem que tal tenha sido desmentido, a intenção do Governo de mandar encerrar a Repartição de Finanças existente na vila de Resende. A concretizar-se, será um grave acontecimento e um sério revés para o processo de desenvolvimento do concelho, no serviço aos resendenses e na qualidade dos serviços públicos a prestar aos cidadãos. No caso de Resende existe ainda uma Loja do Cidadão, pelo que a simples retirada daqueles serviços de finanças será ainda mais incompreensível do ponto de vista da despesa para o Estado e dos custos para o cidadão desta região duriense. Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão extraordinária, delibera o seguinte: 1. Concordar com as diligências e propostas já enviadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Resende à Senhora Ministra das Finanças no sentido de garantir a manutenção da prestação dos serviços de finanças no concelho de Resende. 2. Expressar o seu desacordo pela forma como as políticas de reformulação dos serviços públicos estão a ser concretizados pelo Governo, sem diálogo com as autarquias e de uma forma cega que contraria os objetivos essenciais de eficiência e rigor na utilização dos bens e dinheiros públicos”.-----



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Manifestou a total concordância, da bancada do PSD.CDS-PP, com a proposta apresentada, uma vez que esta vai de encontro àquilo que defendem.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

B.10 TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE RESENDE;-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Apresentou a seguinte proposta:-----

“No seguimento de anteriores iniciativas, o Governo da República volta a apresentar uma proposta consubstanciada no “Anteprojeto do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais” que prevê a extinção do Tribunal Judicial de Resende. Esta iniciativa não pode deixar de voltar a merecer a maior contestação por parte de todos os Resendenses e desta Assembleia em particular, porque fere não só direitos dos cidadãos como se fundamenta em avaliações erradas e despropositadas. - Considerando que, não ter quem aplique a justiça no seio de uma comunidade como a nossa comunidade resendense, é o mesmo que não ter lei; - Considerando que, aumentar as barreiras no acesso à justiça, por razões económicas ou de não proximidade, representa o início da destruturação social e territorial, e a efetivação de políticas de abandono de um concelho como Resende; - Considerando que, como anteriormente foi invocado pelos estudos que agora culminam na proposta do Governo, esta não corresponde à realidade porque o Tribunal de Resende tem um número de processos superior a duzentos e cinquenta; o Palácio da Justiça não é propriedade da Câmara Municipal; o Município de Resende não dispõe de Julgado de Paz e não existem bons acessos rodoviários - tudo afirmações que os sucessivos documentos que procuram sustentar estas decisões, erradamente, já veicularam; - Considerando que, no Palácio da Justiça funciona uma loja do Cidadão, o que acentua os esforços de poupança e de agregação de serviços; - Considerando a debilidade económica de muitos daqueles que recorrem aos serviços de justiça em Resende, expressa no facto de um terço dos processos beneficiar de apoio judiciário; - Considerando ainda que, a extinção do Tribunal terá um diminuto efeito de redução de despesa (os custos de água, luz e comunicações são cerca de 18.500 euros) quando comparado com o aumento do custo que o Estado irá suportar, por exemplo, só com os encargos resultantes de deslocações em todos os processos com apoio judiciário; A Assembleia Municipal de Resende, reunida em sessão extraordinária, delibera: 1. Protestar junto do Governo da República, da Assembleia da República e do Presidente da República e manifestar-se de forma veemente contra o encerramento do Tribunal Judicial de Resende. 2. Corroborar as diligências efetuadas pelo Senhor Presidente da Câmara junto da ANMP, da Ordem dos Advogados e do Ministério da Justiça, solicitando-lhe ainda que desenvolva por todos os meios as ações mais convenientes. 3. Reiterar a sua total determinação na defesa dos direitos constitucionais de acesso de todos os resendenses à justiça, expressos no artigo 20º da Constituição da República Portuguesa. 4. Exprimir desde já o exercício que a todos os resendenses é concedido pelo artigo 21º da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o seu direito de resistência: “todos têm



direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.”. 5. Em conformidade, desde já expressa a decisão de promover e contestar nos tribunais nacionais e internacionais o fecho do Tribunal de Resende se o Governo concretizar as suas intenções bem como promover todo o tipo de manifestação - direito da ordem constitucional - que se oponham a tais políticas.”.-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Queria dizer que corroboramos inteiramente com a proposta e dizer que também nós somos inteiramente contra tudo aquilo que retire qualquer instituição pública de Resende. Embora nesta questão do Tribunal tenhamos de agir com muita força, pois talvez já seja um pouco tarde, receio. Não sei se medidas destas já não teriam de ter sido tomadas mais cedo. Dou como exemplo Baião que também esteve nas mesmas circunstâncias e conseguiu ultrapassar o problema. Estamos totalmente a favor e estaremos todos ao lado da comunidade de Resende e lutaremos para que o Tribunal cá continue.”.-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Desde que a Assembleia Municipal teve conhecimento da intenção do Governo em encerrar o Tribunal de Resende, imediatamente começou a agir e a tomar posições e de igual modo procedeu a Câmara Municipal. Lembro ao plenário a realização na cidade de Lisboa de uma ação contra o encerramento do Tribunal e que o anteprojeto referente a este assunto esteve “metido numa gaveta”, desde fevereiro até ao final do mês de setembro.”.-----

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Gostaria de dizer que tudo o que foi proferido pelo membro Dr. Luís Guimarães é verdade. Efetivamente a Câmara Municipal, já no ano passado, teve algumas iniciativas em relação a esta questão do encerramento do nosso Tribunal e a partir do início deste ano o assunto foi esquecido pelo Governo para ser só reavivado após as eleições autárquicas. O anteprojeto apenas apareceu depois destas eleições, muito embora este já se encontrasse elaborado. A Câmara Municipal, desde que eu tomei posse, já esteve por mim representada numa reunião, onde estiveram presentes os 47 Presidentes de Câmara dos concelhos onde o Tribunal tem a proposta para encerramento por completo, ou seja, sem sequer prever qualquer Secção de Proximidade. O mesmo sucedeu na Associação Nacional de Município Portugueses, em Coimbra, exatamente no mesmo dia em que decorreu em frente ao Tribunal de Resende uma manifestação – tendo-se cometido a injustiça de me estar a acusar de não estar presente, quando na verdade eu estava a tratar do mesmo assunto noutra local. Espero que haja bom senso e que a posição de contrariar as intenções do Governo de encerrar o nosso Tribunal seja aqui devidamente concertada tendo em vista que todos caminhamos no mesmo sentido, em vez de começarmos aqui a discutir e a fazer acusações mútuas de falta de iniciativas. Essa manifestação em Resende, foi-me comunicada no dia anterior e pelos vistos partiu da iniciativa da Delegada da Ordem dos Advogados da Comarca de Resende, no sentido de reunir todos os colegas advogados e de alguma forma tomaram também uma posição. Na reunião realizada na



ANMP foi elaborado um texto onde as principais conclusões foram vertidas e que são as seguintes: “Que a manter-se a criação de Secções de Proximidade, as mesmas não devam ser instituídas, só em alguns dos Municípios em que os Tribunais estão encerrados, mas em todos os Municípios, devendo estabelecer em tais casos que as audiências de julgamento se realizarão obrigatoriamente nessas Secções de Proximidade, não ficando de tal disponível de Juiz Titular ou de Magistrado do Ministério Público. Que o Ministério da Justiça acorde com os Municípios as condições necessárias e suficientes para a manutenção dos atuais Tribunais. Foi também pedida uma reunião à senhora Ministra da Justiça, antes de tomar qualquer decisão, para que esta se reúna com os 47 Presidentes das Câmaras Municipais para onde existe proposta de encerramento dos Tribunais”. Foi isto que foi pedido à senhora Ministra da Justiça e que ainda não obteve qualquer resposta. Outra proposta dessa reunião foi a seguinte: - “sugerir aos Municípios a utilização dos meios legais e judiciais ao seu dispor para acautelar a manutenção dos Tribunais, recorrendo a providências cautelares. - “sugerir a cada um dos Municípios, abrangidos por estas medidas do Ministério da Justiça, que seja fixada uma data para a realização de uma reunião conjunta de todos os Órgãos Autárquicos, visando uma tomada de posição conjunta, bem como a mobilização das populações para defesa da manutenção dos Tribunais”. Posteriormente, estive presente numa outra reunião, em Lisboa, na Ordem dos Advogados, onde foi decidido que no dia 20 de dezembro se ira realizar uma manifestação nacional única, ou nacional com manifestações a nível concelhio ou a nível distrital. Estamos à espera da realização do ato eleitoral dos novos titulares da Ordem dos Advogados - já tivemos eleições na ANMP para eleger uma nova Direção - e teremos entretanto noticias em relação ao que se irá fazer no dia 20 de dezembro, designadamente se será ou não uma manifestação única a nível nacional, para que haja uma posição de força em relação a este assunto. Gostaria também de registar que noto com agrado que da bancada do PSD.CDS-PP (que também se verificou na reunião de Câmara), haja preocupação com esta questão. No caso da reunião de Câmara, as criticas foram dirigidas especialmente para mim, como se fosse eu o autor do anteprojecto. Gostaria que transmitissem aos vossos colegas e Vereadores do Executivo que não vi nenhuma proposta do PSD.CDS-PP ou qualquer outro tipo de iniciativa realizada em relação a esta questão. Gostaria que lhes transmitissem isso e que notei que houve essa falta. Praticamente acusaram-me de ser eu, pelos vistos, o causador de isto tudo. Sinceramente não me parece que seja a melhor maneira de nós enfrentarmos esta situação, que é complicada para todos nós. Esta situação não é exclusiva só dos municípios que estão ameaçados do encerramento do seu Tribunal, mas também por daqueles que foram contemplados pelas Secções de Proximidade, que também já demonstraram o seu desagrado. Este é um problema que está no ativo e que tem os seus desenvolvimentos. Não entendo que já seja tarde, as démarches estão em curso, estão pedidas as audiências à senhora Ministra, a quem aliás eu pessoalmente já redigi uma carta. Nós cá estaremos para fazer a nossa contestação, particular, no caso de ela ser necessária.-----

Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (PSD.CDS-PP) – Disse que os recados a serem



dados aos membros do PSD.CDS-PP da Câmara Municipal seriam da competência do senhor Presidente da Câmara. Relativamente à falta de participação por parte da sua bancada, lembrou o plenário que por sua iniciativa já remeteu um manifesto à senhora Ministra da Justiça, bem como da participação na manifestação contra o encerramento do Tribunal de Resende realizada na cidade de Lisboa, pelo que no seu entender o PSD.CDS-PP não se encontra ausente, quer nas manifestações quer nas iniciativas.-----

Presidente da Câmara – Respondeu que desde a data da sua tomada de posse, como Presidente da Câmara, o PSD.CDS-PP, até ao momento, ainda não apresentou qualquer proposta ou iniciativa.---

Presidente da Mesa – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Queria felicitar o senhor Presidente da Câmara pela assertividade da sua intervenção que me parece importante assinalar. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal a minha propositura é de ser contido relativamente às minhas funções, mas queria felicitá-lo pela assertividade da sua intervenção e pela forma como colocou o problema. Naturalmente será muito extemporâneo assacar pessoalmente qualquer responsabilidade. Mas eu gostaria, sem sair das minhas responsabilidades, que é a condução dos trabalhos da Assembleia Municipal, de deixar aqui duas ou três notas que me parecem importantes. Este problema, é um problema que tem não só uma dimensão, mas sim várias dimensões. Tem a dimensão política, tem a dimensão jurídica e tem a dimensão mediática. E naturalmente que em relação à essência da questão nós só poderemos ser contundentes quando o facto existir. E é verdade também que temos assistido, desde há pelo menos dois anos a esta parte, a constantes avanços e recuos do Governo, que tem alterado os critérios dos ensaios para a nova proposta da reforma do mapa judiciário e que do meu ponto de vista devem merecer, sobretudo da parte de quem tem responsabilidades institucionais, aliás como aqui o senhor Presidente referiu, devem merecer a prudência daquilo que é a necessidade de manter sempre viva a relação, mesmo com um Governo que percebe mal as questões de interioridade. Devo dizer-lhes que também me parece de boa nota o sentido de unanimidade e de rejeição que sinto desta Assembleia relativamente a algo que fere profundamente os direitos dos resendenses e sobretudo põe muito em causa aquilo que é o caminho, a esperança e o desenvolvimento que todos desejamos para a nossa terra. Eu queria dizer a todos, com a contenção que o cargo que ocupo aconselha, que também subscrevo por inteiro a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Por um lado aconselha aquilo que é uma constante relação institucional e a atuação política junto do Governo, mesmo quando essa margem é reduzida, mas também configura, aquilo que eu acho que devem ser outros meios para além dos mecanismos legais que uma situação como está exige, no caso de o Governo levar por diante aquilo que começou por ser um ensaio, passou a proposta e agora é um anteprojecto, mas que temos de perceber se tem ou não qualidade mesmo junto dos Presidentes de Câmara e daquilo que é o próprio Grupo Parlamentar da maioria que hoje governa o País. Também eu, enquanto Presidente de Câmara no mandato anterior cheguei a ter uma reunião com a senhora Ministra da Justiça, na qual esta foi confrontada com a partidarização da última proposta que fez relativamente a propostas anteriores e também a confrontei, sem que ela pudesse retorquir e sem resposta até à data, com um



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjunto de factos que estavam incertos no ensaio para o novo mapa judiciário e que eram absolutamente falsos no que diz respeito a Resende e que constam e são referidos na proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. De qualquer forma gostaria de corroborar as palavras do senhor Presidente da Câmara e de lembrar que esta é uma proposta do Governo da República, e quem legisla, quem propõe as leis e quem aprova os decretos-leis é o Governo e Assembleia da República, não é o Presidente da Câmara Municipal de Resende nem a Câmara Municipal de Resende, nem a Assembleia Municipal de Resende. Portanto é bom que nós nos lembremos de tudo isso e que isso sirva para nos mantermos unidos à volta daquilo que são os grandes interesses do nosso Concelho. Dito isso iria por a votação a proposta que foi lida e explicitada pelo Dr. Luís Guimarães.-----


Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----


Não participou na votação o membro Adérito Augusto Lopes, uma vez que se ausentou da sessão durante a discussão deste assunto e não voltou.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 17h30.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2013.-----

E eu, *António Manuel de Almeida Pinto*, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo.-----


António Manuel Leitão Borges
Presidente da Assembleia Municipal


António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU